

STJ00110079

Fábio Zambitte Ibrahim

CURSO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

25ª EDIÇÃO, REVISTA E ATUALIZADA



Niterói, RJ
2020



© 2020, Editora Impetus Ltda.

Editora Impetus Ltda.

Rua Alexandre Moura, 51 – Gragoatá – Niterói – RJ

CEP: 24210-200 – Telefax: (21) 2621-7007

CONSELHO EDITORIAL

ANA PAULA CALDEIRA • BENJAMIN CESAR DE AZEVEDO COSTA
CELSO JORGE FERNANDES BELMIRO • ED LUIZ FERRARI • EUGÊNIO ROSA DE ARAÚJO
FÁBIO ZAMBITTE IBRAHIM • FERNANDA PONTES PIMENTEL
IZEQUIAS ESTEVAM DOS SANTOS • MARCELO LEONARDO TAVARES
RENATO MONTEIRO DE AQUINO • ROGÉRIO GRECO
VÍTOR MARCELO ARANHA AFONSO RODRIGUES • WILLIAM DOUGLAS

Projeto Gráfico: Editora Impetus Ltda.

Editoreção Eletrônica: SBNigri Artes e Textos Ltda.

Capa: Claudio Duque

Revisão de Português: Carmem Becker

Impressão e encadernação: Editora e Gráfica Vozes Ltda.

Data do fechamento da edição: 01/01/2020

Il4d

Ibrahim, Fábio Zambitte
Curso de direito previdenciário / Fábio Zambitte Ibrahim. – 25. ed. – Rio
de Janeiro: Impetus, 2020.
896 p. ; 17x24cm.

ISBN: 978-65-86044-00-3

1. Previdência social – Legislação – Brasil.

CDD: 345.8102

O autor é seu professor; respeite-o: não faça cópia ilegal.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime (art. 184 do Código Penal). Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907.

A Editora Impetus informa que quaisquer vícios do produto concernentes aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas, às referências, à originalidade e à atualização da obra são de total responsabilidade do autor/atualizador.

www.impetus.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1 – A Seguridade Social: Conceito, Origem e Histórico	1
1. A Origem da Proteção Social.....	1
2. Conceito de Seguridade Social	5
3. A Saúde.....	8
4. A Assistência Social.....	12
4.1. Benefício Assistencial.....	17
4.1.1. BPC para estrangeiros.....	23
4.2. Outras Ações	25
5. A Previdência Social	26
5.1. Natureza Jurídica e Principais Características	28
5.2. A Privatização da Previdência Social.....	29
5.3. Regimes Previdenciários	31
5.4. Regimes Próprios de Previdência de Servidores Públicos.....	34
5.5. Sistema de Inclusão Previdenciária	37
5.6. Regimes de Financiamento e Equilíbrio Financeiro e Atuarial.....	39
5.7. Caráter Unitário ou Dúplice da Relação Jurídica Previdenciária?.....	42
6. Evolução Histórica.....	44
6.1. Reflexões da Análise Histórica – O Embate entre os Modelos Bismarckiano e Beveridgiano de Proteção Social.....	50
7. Evolução Histórica e Legislativa no Brasil	53
8. Organização e Princípios Constitucionais.....	61
9. A Seguridade Social como Direito Humano.....	77
Capítulo 2 – A Constituição e a Seguridade Social – Principais Dispositivos.....	83
1. Previsão Constitucional	83
2. O Financiamento da Seguridade Social	84
2.1. As Contribuições Sociais.....	85
2.1.1. Competência.....	85
2.1.2. Natureza jurídica.....	85

2.1.3.	Previsão constitucional	87
2.2.	Criação de Novas Contribuições Sociais.....	108
2.3.	A Noventena das Contribuições Sociais	109
2.4.	O Pequeno Produtor Rural e o Pescador Artesanal.....	110
2.5.	Imunidade das Entidades Beneficentes de Assistência Social	111
2.6.	Alíquotas e Base de Cálculo Diferenciadas	112
2.7.	Moratória e Parcelamento de Contribuições Sociais.....	113
2.8.	Não Cumulatividade das Contribuições Sociais.....	113
2.9.	Orçamento da Seguridade Social.....	114
2.10.	Contratação com o Poder Público.....	115
2.11.	Aumento e Criação de Benefícios Previdenciários.....	115
2.12.	Requisitos Diferenciados para a Aposentadoria	116
2.13.	A Garantia do Salário-Mínimo	117
2.14.	A Habitualidade dos Ganhos e Sua Repercussão no Benefício.....	118
2.15.	Destinação Exclusiva das Contribuições Previdenciárias	119
2.16.	Competência da Justiça do Trabalho Para Cobrança de Contribuições.....	120
2.17.	Contagem Recíproca e Averbação de Tempo de Contribuição	121
Apêndice – Natureza Jurídica das Contribuições Sociais		128
1.	Introdução – A Parafiscalidade.....	128
2.	A Distinção Perante os Demais Tributos	131
3.	Discrepâncias com o Regime dos Tributos.....	133
4.	A Validade Finalística e a Validade Causal das Contribuições Sociais.....	135
5.	Conclusão	136
Capítulo 3 – Legislação Previdenciária		139
1.	Conceito	139
2.	Fontes do Direito Previdenciário	140
3.	Autonomia do Direito Previdenciário.....	141
4.	Aplicação das Normas Previdenciárias: Vigência, Hierarquia, Interpretação e Integração	144
Capítulo 4 – Regime Geral de Previdência Social.....		169
1.	Conceito	169
2.	Beneficiários do Regime Geral de Previdência Social.....	170
3.	Filiação e Inscrição.....	170
3.1.	Filiação	170
3.2.	Inscrição.....	173

4. Segurados Obrigatórios.....	177
5. Segurado Facultativo.....	209
6. O Conceito Previdenciário de Empresa e Empregador Doméstico.....	212
6.1. Empresa.....	212
6.1.1. Matrícula da empresa.....	215
6.1.2. A questão das cooperativas.....	216
6.2. Empregador Doméstico.....	218
Capítulo 5 – Financiamento da Previdência Social.....	221
1. Introdução.....	221
2. Contribuição dos Segurados.....	222
3. Contribuição da Empresa.....	238
4. Evolução Legislativa sobre o Tema.....	240
5. A Contribuição Incidente sobre as Remunerações de Empregados e Avulsos.....	240
6. A Contribuição Incidente sobre as Remunerações de Contribuintes Individuais	241
6.1. A Questão da Contribuição da Empresa sobre a Remuneração de Traba-	
lhadores sem Vínculo Empregatício.....	244
7. O Adicional das Instituições Financeiras.....	245
8. Desoneração da Folha de Pagamento.....	246
9. O Seguro de Acidentes do Trabalho – SAT/RAT.....	250
9.1. Beneficiários do SAT/RAT.....	255
9.2. A Contribuição para o Seguro de Acidentes do Trabalho – SAT/RAT e para	
o Custeio da Aposentadoria Especial.....	256
9.2.1. A parcela básica do SAT/RAT.....	256
9.2.2. O Fator Acidentário de Prevenção.....	261
10. Aspectos Controvertidos do Seguro de Acidentes do Trabalho e do Fator	
Acidentário de Prevenção.....	266
10.1. O adicional ao SAT/RAT.....	269
11. As Cooperativas de Trabalho e a Contribuição de 15% sobre o Valor Bruto da	
Nota Fiscal ou Fatura de Serviços.....	274
12. Parcelas Integrantes da Base de cálculo.....	275
13. Parcelas Excluídas da Base de cálculo.....	278
14. A Contribuição do Empregador Doméstico.....	278
15. Contribuições Substitutivas da Parte Patronal.....	280
15.1. Associações Desportivas que Mantêm Equipe de Futebol Profissional.....	281
15.2. Produtores Rurais.....	284
16. Outras Receitas da Seguridade Social.....	292

17. Destinação das Contribuições Sociais.....	293
18. Simples Nacional.....	294
19. Contribuições para Terceiros.....	299
Capítulo 6 – Salário-de-Contribuição.....	313
1. Conceito	313
2. Segurados Empregado e Avulso	315
3. Empregado Doméstico	316
4. Contribuinte Individual.....	317
4.1. O Salário-Base	318
4.2. A Regra de Transição.....	318
5. Segurado Facultativo.....	320
6. Limites do Salário-de-Contribuição.....	320
6.1. Limite Mínimo	320
6.2. Limite Máximo	323
7. Composição do Salário-de-Contribuição.....	323
7.1. Parcelas Integrantes do Salário-de-Contribuição.....	323
7.2. Parcelas Não Integrantes do Salário-de-Contribuição.....	326
Capítulo 7 – Arrecadação das Contribuições Destinadas à Seguridade Social e Recolhimento Fora do Prazo.....	345
1. Regras principais	345
2. Recolhimento da Contribuição Relativa à Comercialização da Produção Rural...	348
3. Recolhimento em Atraso – Juros e multa de mora	349
4. Cálculo de Contribuições em Atraso, Retroação da Data de Início de Contribuição e Indenização dos Contribuintes Individuais.....	352
Capítulo 8 – Obrigações Acessórias e Responsabilidade Solidária.....	357
1. Introdução	357
2. Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP	360
3. Sped Folha – ESOCIAL.....	363
3.1. Empresa com pequena atividade comercial em via pública	364
4. Responsabilidade Solidária.....	364
5. A Retenção de 11% sobre o Valor Bruto da Fatura ou Nota Fiscal.....	365
6. Construção Civil.....	371
7. Grupo Econômico	372

8. Administradores Públicos.....	372
9. Empresário, Sócio de Sociedade Limitada, Acionistas Controladores, Administradores e Diretores de Sociedades Anônimas.....	373
10. Operador Portuário e Órgão Gestor de Mão de obra.....	375
11. Responsabilidade Solidária e Retenção de 11% Frente à Administração Pública.....	376
Capítulo 9 – Constituição do Crédito Previdenciário, Parcelamento do Débito e Execução Fiscal.....	379
1. Procedimento Fiscal.....	379
1.1. Início de Ação Fiscal e Intimação para Apresentação de Documentos.....	379
1.2. Aferição Indireta.....	380
1.3. Constituição do Crédito.....	382
2. Parcelamento de Contribuições e Demais Importâncias Devidas à Seguridade Social.....	384
3. Representação Fiscal para Fins Penais.....	387
4. Dívida Ativa.....	388
Capítulo 10 – Decadência e Prescrição.....	393
1. Introdução.....	393
2. Decadência e Prescrição no Benefício.....	394
2.1. A Previsão Legal do <i>Caput</i> do Art. 103 da Lei nº 8.213/91.....	394
2.2. A Previsão Legal do Parágrafo Único do Art. 103 da Lei nº 8.213/91.....	400
2.3. A Previsão Legal do Art. 104 da Lei nº 8.213/91.....	401
2.4. Retroação do prazo prescricional.....	402
3. revisão do benefício pela própria administração.....	404
4. Decadência e Prescrição no Custeio.....	406
4.1. Introdução.....	406
4.2. Consenso sobre o Tema.....	407
4.3. Decadência das Contribuições Previdenciárias.....	407
4.4. Prescrição das Contribuições Previdenciárias.....	409
4.5. A Questão dos Prazos Decadencial e Prescricional.....	410
4.6. O Art. 45-A da Lei nº 8.212/91 – A Possibilidade de Exigência de Recolhimento do Contribuinte Individual a Qualquer Tempo.....	412
Capítulo 11 – Restituição e Compensação de Contribuições.....	417
1. Introdução.....	417
2. Restrições.....	419
3. A Restituição.....	419

4. A Compensação.....	421
5. Reembolso de Pagamento.....	423
Capítulo 12 – Imunidade de Contribuições.....	425
1. Introdução	425
2. Requisitos de Certificação por Setor	427
2.1. Saúde.....	427
2.2. Educação.....	429
2.3. Assistência Social.....	430
3. Concessão e Cancelamento.....	431
4. Recursos e Representação	432
5. O Conselho nacional de assistência social – CNAS.....	433
6. O Debate Atual em Torno da Questão	435
7. Direito Adquirido à Imunidade.....	436
Capítulo 13 – Prova de Inexistência de Débito – CND	439
1. Introdução	439
2. Situações Gerais de Necessidade do Documento.....	440
3. Construção Civil.....	441
4. Produtor Rural	442
5. Contratações de Operação de Crédito Público.....	443
6. Obtenção de Verbas dos Fundos de Participação	443
7. Indicação de Finalidade	444
8. Validade do Documento	445
9. Dispensa da CND.....	445
10. Situações Passíveis de Obtenção da CND.....	447
11. Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa.....	448
12. Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP	448
Capítulo 14 – Crimes Contra a Seguridade Social	453
1. Introdução	453
2. Apropriação Indébita Previdenciária.....	453
3. Sonegação de contribuição previdenciária.....	459
4. Falsificação de Documento Público	462
5. Inserção de dados falsos em sistema de informações	463

6. Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	464
7. Estelionato	464
8. A Extinção da Punibilidade dos Crimes de Apropriação Indébita Previdenciária e Sonegação de Contribuição Previdenciária na Lei nº 11.941/2009	467
9. Regras Gerais	468
Capítulo 15 – Infrações à Legislação Previdenciária	473
1. Introdução	473
2. Valores das Multas	473
3. Circunstâncias Agravantes	477
4. Gradação das Multas	477
Capítulo 16 – Recurso das Decisões Administrativas	479
1. Introdução – o processo administrativo	479
2. Princípios do processo administrativo	482
3. O processo no custeio	484
4. O Processo no Benefício	489
5. Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS	495
6. Justificação administrativa	498
7. A prova no processo administrativo de benefícios	500
7.1. Provas Admitidas no Processo	501
7.2. Prova Direta e Prova Indireta	502
7.3. Conceito de Início de Prova Material	504
Capítulo 17 – Plano de Benefícios da Previdência Social	507
1. Regimes Previdenciários	507
2. Beneficiários do RGPS	508
2.1. Filho Inválido ou com Deficiência Mental ou Intelectual ou Deficiência Grave	513
2.2. Menor sob Guarda	515
2.3. União Homoafetiva	517
2.4. União Estável com Segurado(a) já Casado(a)	518
2.5. Consequências na Separação ou Divórcio	521
3. Manutenção e perda da qualidade de segurado – período de graça	522
3.1. Prazos	525
3.2. Perda da Qualidade – Momento, Efeitos, Recuperação	528
4. Carência	532

5.	Salário-de-Benefício	541
5.1.	Fator Previdenciário.....	544
5.2.	Disposições Gerais sobre o Salário-de-Benefício	548
6.	Renda Mensal de Benefício.....	550
7.	Reajustamento do Valor e Pagamento dos Benefícios	554
7.1.	Correção do Benefício Previdenciário com Base na Súmula nº 260 do Extinto Tribunal Federal de Recursos.....	557
7.2.	Correção do Benefício Previdenciário pelo Número de Salários--Mínimos..	558
7.3.	Correção do Benefício Previdenciário pela Lei nº 8.213/91.....	559
7.4.	Revisão do Benefício pelo Aumento do Teto pelas EC nºs 20/98 e 41/2003	562
7.5.	Outras Questões Envolvendo a Correção do Benefício Previdenciário	563
7.6.	Regras Gerais de Pagamento do Benefício	565
8.	Descontos Legalmente Autorizados na Renda Mensal do Benefício	566
Capítulo 18 – Prestações Previdenciárias		571
1.	Aposentadoria por Invalidez	571
2.	Aposentadoria por Idade.....	578
2.1.	Aposentadoria por Idade Compulsória	580
2.2.	Aposentadoria por Idade do Trabalhador Rural	582
2.3.	Aposentadoria por Idade das Mulheres.....	588
2.4.	Aposentadoria dos Professores	589
3.	Aposentadoria por Tempo de Contribuição	591
3.1.	Aposentadoria dos Professores	592
3.2.	Tempo de Contribuição	594
4.	Aposentadoria da Pessoa com Deficiência	600
5.	Aposentadoria Especial.....	603
5.1.	Os Benefícios Em Condições Especiais.....	603
5.2.	Regras Gerais	604
5.3.	Efetiva Exposição a Agentes Nocivos.....	606
5.4.	Comprovação da exposição a agentes nocivos – LTCAT e PPP	608
5.5.	Beneficiários	611
5.6.	Data de Início, Renda Mensal e Cessação	613
5.7.	Periculosidade e Penosidade	613
5.8.	Variações Legislativas de Agentes Nocivos.....	615
5.9.	Conversão de Tempo de Trabalho	616
6.	Auxílio-doença	623
6.1.	Evento Determinante	623
6.2.	Provisoriedade.....	625
6.3.	Regras Gerais	626

6.4.	Segurado com mais de uma Atividade Remunerada	628
6.5.	Novo Benefício em 60 dias após a Alta.....	629
6.6.	Alta Programada.....	630
6.7.	Complementação do Valor do Auxílio-Doença pela Empresa.....	631
6.8.	Modalidades de Auxílio-Doença: Comum e Acidentário.....	631
6.9.	Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário – NTEP.....	632
7.	Salário-Família.....	635
8.	Salário-Maternidade.....	639
8.1.	Falecimento da segurada ou segurado	647
8.2.	A Extensão da Licença-Maternidade das Empregadas pela Lei nº 11.770/08.....	647
9.	Auxílio-Acidente.....	649
10.	Pensão por Morte.....	655
11.	Auxílio-Reclusão.....	665
12.	Serviço Social.....	668
13.	Habilitação e Reabilitação Profissional	669
14.	Abono Anual.....	672
Capítulo 19 - Principais Regras de Transição.....		675
1.	Introdução	675
2.	Regras Transitórias Definidas pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98	676
2.1.	Regra Transitória para a Aposentadoria por Tempo de Contribuição Inte- gral (art. 9º, <i>caput</i> , EC nº 20/98)	676
2.2.	Regra Transitória para a Aposentadoria por Tempo de Contribuição Pro- porcional (art. 9º, § 1º da EC nº 20/98).....	679
3.	Regras Transitórias Definidas pela Lei Ordinária nº 9.876/99	680
4.	Regras Transitórias da EC nº 41/2003.....	682
4.1.	Regra Transitória 1 (art. 2º, EC nº 41/2003).....	683
4.2.	Regra Transitória 2 (art. 6º, EC nº 41/2003).....	685
4.3.	Regra Transitória 3 (art. 3º, EC nº 47/2003).....	686
5.	Regras Transitórias da EC nº 103/2019.....	687
5.1.	Art. 15 da EC nº 103/2019	688
5.2.	Art. 16 da EC nº 103/2019	689
5.3.	Art. 17 da EC nº 103/2019	690
5.4.	Art. 18 da EC nº 103/2019	691
5.5.	Art. 20 da EC nº 103/2019	692
5.6.	Art. 21 da EC nº 103/2019	694
5.7.	Art. 22 da EC nº 103/2019	695

Capítulo 20 – Assuntos Gerais de Benefícios	697
1. Acumulação de Benefícios	697
2. Segurado em Débito com a Previdência Social	700
3. Benefícios de Legislação Especial	701
3.1. Jornalista Profissional	702
3.2. Atleta Profissional de Futebol	702
3.3. Aeronauta	703
3.4. Anistiado Político	704
3.5. Ex-Combatente	707
3.6. Portadores da Síndrome da Talidomida	710
3.7. Seringueiro	711
3.8. Ferroviário	713
3.9. Hanseníase	714
4. Desaposentação e Despensão	715
5. Recadastramento de Benefícios	719
6. Pesquisa pelo INSS para Comprovação de Vínculo	720
7. CNIS para a Concessão de Benefícios	720
8. Pagamento Mediante Convênio	723
Capítulo 21 – Competência para Julgamento das Lides Previdenciárias	725
1. Introdução	725
2. Custeio	727
3. Benefícios Comuns	728
4. Benefícios Decorrentes de Acidente de Trabalho	730
5. Juizados Especiais Federais	731
6. Execução de Contribuições Decorrentes de Decisões da Justiça do Trabalho	733
6.1. Introdução	733
6.2. Procedimento Legal	734
6.3. Momento de Ocorrência do Fato Gerador e seus Efeitos	736
6.4. Discriminação das Parcelas Pagas	739
Capítulo 22 – A Previdência Social do Servidor Público	743
1. Regras Gerais	743
2. Benefícios Previdenciários do Servidor Previstos na Constituição	745
2.1. A PEC da Bengala	747
2.2. Nova Regra de Cálculo das Aposentadorias	748
2.3. Pensão por Morte	749
3. O Fim da Paridade e a Questão do Teto Remuneratório Equivalente a o RGPS	755

4. Atualização das Remunerações na Confecção da Média.....	756
5. Contribuição do Servidor Inativo e Pensionista	757
6. Abono de Permanência	759
7. Um Único Regime Próprio por Ente Federativo	759
8. Contribuição dos Servidores Ativos.....	760
9. Manutenção do Direito Adquirido.....	762
10. Regras de Custeio do RPPS na Lei nº 10.887/2004.....	763
10.1. Contribuição do Ente Federativo ao RPPS	765
11. Revisão de Aposentadorias ou Pensões pela Administração.....	765
Capítulo 23 – Previdência Complementar.....	767
1. Introdução	767
2. Conceitos Elementares	769
3. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor na Previdência Complementar..	771
4. O Equilíbrio Financeiro e Atuarial.....	773
5. Regime Aberto de Previdência Complementar – EAPC.....	776
6. Regime Fechado de Previdência Complementar – EFPC	777
7. Planos de Benefícios.....	779
7.1. Plano de Benefícios nas Entidades Abertas.....	780
7.2. Plano de Benefícios nas Entidades Fechadas.....	781
8. Normas Constitucionais sobre a Previdência Complementar	784
9. A Criação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.....	786
10. Expurgos Inflacionários.....	788
11. A Previdência Complementar no Serviço Público	789
11.1. A Questão dos Regimes Próprios.....	789
11.2. O Regime Complementar para Servidores Públicos.....	790
11.3. A Funpresp.....	792
11.3.1. Finalidade e Vigência	792
11.3.2. Ministério Público Federal e Exercentes de Mandato Eletivo.....	794
11.3.3. Natureza Jurídica.....	795
11.3.4. Plano de Benefícios	798
11.3.5. Servidores com Ingresso em RPPS anterior à Lei nº 12.618/2012 – Opção Pelo Benefício Especial.....	799
11.3.6. Ingresso e Manutenção da Filiação	802
11.3.7. Portabilidade e Resgate.....	803
12. Previdência Complementar com Adesão Automática.....	804
13. Competência Jurisdicional nas Lides entre Participante e Entidade Previden- ciária.....	805

Súmulas Previdenciárias.....	809
Supremo Tribunal Federal.....	811
Referências Bibliográficas.....	849
Índice Remissivo	853